

#EconomiaCircular: Bios Urban Farm quer transformar campus da Nova SBE num espaço mais verde

21 de Maio, 2021

Atualmente, a Economia Circular está subjacente em muitas empresas. Produtos sustentáveis, amigos do ambiente e com um ciclo de vida longo são, cada vez mais, uma opção. Há também quem ponha em prática estes conceitos e desenvolva os seus próprios produtos. Com o objetivo de dar “voz” a projetos de cariz sustentável, a Ambiente Magazine irá, todas as semanas, apresentar algumas iniciativas aos nossos leitores e dar a conhecer o que se faz em Portugal nesta área. Esta semana, partilhamos a “Bios Urban Farm”.



A “Bios Urban Farm” é um projeto de “agricultura urbana”, desenvolvido pela startup Bios, em parceria com a Nova School of Business & Economics (Nova SBE). “Através de tecnologias integradas, a Bios demonstra como tirar partido da relação entre a utilização de energia desperdiçada de um edifício e a produção de alimentos frescos”, explica Luís Veiga Martins, Associate Dean for Community Engagement & Sustainable Impact da Nova SBE. A abordagem da Bios facilita assim as “tomadas de decisão baseadas em dados”, ajudando a “neutralizar as emissões de carbono e a aumentar o acesso a alimentos saudáveis produzidos localmente”, refere.

A Nova SBE oferece um “espaço perfeito para uma estufa”, para este projeto, encarregando-se a Bios de acrescentar valor ao colocar uma “câmara integrada” com energia, água e sistemas de circulação de ar: “Nesta, são captados dados através de IoT (Internet of Things) e elementos como clima, nutrientes, filtros e energia”. Assim, com este acesso e com o tratamento de dados, a Bios terá ao seu dispor uma “área de teste” para analisar o “impacto de todo o sistema,” permitindo “recuperar o desperdício de recursos enquanto melhora a sua eficácia”.

Através deste projeto, a Bios já começou a envolver a comunidade da Nova SBE e, com a ajuda de um dos clubes de alunos, o Nova Social Consulting, conduziu um “survey” ao qual responderam alunos, docentes e colaboradores, no sentido de se perceber “quais os seus hábitos de consumo e que ofertas sentem necessidade” de ver no campus. “Os resultados estão agora a ser analisados para saber como identificar a oferta e abastecimento de saladas e outros vegetais de folha verde na escola”, declara. Após esta etapa, será então montada e lançada a Bios Urban Farm: “Trata-se de um projeto de empreendedorismo social comunitário alimentar no qual a Bios trabalhará de perto com a comunidade (alunos, docentes e colaboradores) para criar e montar uma empresa social alimentar, que oferecerá experiências de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, tanto no mundo digital como no físico”. A ideia é, em setembro, quando os alunos regressarem ao campus, “dar a conhecer o projeto e pô-los em contacto direto com os alimentos propriamente ditos”. 0

objetivo é mesmo que “ponham as mãos na terra” e “testemunhem, em primeira mão, o impacto deste projeto e como podem desempenhar um papel decisivo no mesmo” se assim desejarem, precisa.

Olhando às “vantagens ambientais”, Luís Veiga Martins refere que a agricultura urbana tem como objetivo “produzir e melhorar o acesso a alimentos frescos em áreas com grande densidade populacional”, sendo que “trabalha em prol da economia circular, inclusão social e mitigação das mudanças climáticas”. Por isso, “a indústria de hortas verticais, por si só, já traz muitos benefícios às comunidades que serve”, declara. A inovação da Bios está na “abordagem aos múltiplos desafios urbanos num sistema de intervenção”, ao “alavancar diversas tecnologias agrícolas, combinadas com a IoT para cultivar alimentos dentro de ambientes verticais urbanos”. Ao integrar tecnologias agrícolas com a energia dos edifícios, “o clima e os dados daí recolhidos conseguem dar indicações do impacto que a sua solução tem”, explica.

E como os 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) das Nações Unidas são parte integrante da estratégia da Nova SBE, “temos a responsabilidade de apoiar a transformação para uma sociedade mais sustentável, semeando valores que possam incutir nos nossos alunos, docentes e membros de *staff* atitudes mais responsáveis ao longo das suas vidas pessoais e profissionais, a fim de poderem utilizar o nosso *campus* como uma vitrine de sustentabilidade”. Energeticamente, além dos benefícios claros, o projeto “ajuda a fomentar a construção de cidades e as comunidades humanas inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, bem como “a produção e consumo responsáveis e infraestruturas e indústrias inovadoras”, vinca.

[blockquote style="2"]Um exemplo que inspire um call to action[/blockquote]

A Nova SBE é uma escola aberta à sociedade e à comunidade externa e, por isso, “acolher um projeto como este” insere-se exatamente nesse contexto: “Queremos que o nosso *campus* seja um laboratório vivo de projetos que, mais tarde, possam ser duplicados, como é o caso do projeto “Bios Urban Farm””. Com isto, destaca Luís Veiga Martins, “permitimos que os nossos alunos e docentes possam participar naquilo que, cada vez mais, é uma tendência crescente nas cidades – o cultivo, o processamento e a distribuição de vegetais em áreas urbanas”.

Quanto ao futuro, o desejo é poder ter no *campus* os diversos tipos de soluções urbanas para o cultivo de vegetais, “ou seja, transformar o *campus* numa Urban Farm, com a participação da nossa comunidade e dos vizinhos, munícipes de Cascais”. Acima de tudo, “queremos ver refletido o impacto de toda esta atividade que a nossa escola e a sua comunidade tentam levar a cabo na sociedade”, destaca. Aquando da declaração que os ODS passariam a nortear a atividade da Nova SBE, o responsável enfatiza o facto da faculdade pretender ser um “exemplo” que inspire um “*call to action*” para que “outras instituições do ensino superior, entidades governamentais e não governamentais”, bem como “empresas dos mais diversos setores” e a “sociedade em geral”, aderirem a este “movimento de transformação que se pretende sustentável, inclusivo e pacífico”.

[blockquote style="2"]Há ainda muito que tem de ser feito em relação aos resíduos não urbanos[/blockquote]

Relativamente, às temáticas Economia Circular, Luís Veiga Martins reconhece que Portugal tem vindo a dar passos importantes na transição para uma economia cada vez mais circular tirando partido de todos os benefícios que daí advêm. Ainda assim, “há áreas em que temos ainda um longo caminho a percorrer” sobre o que diz respeito a “resíduos (urbanos e industriais)”, principalmente quando comparando com países como “Alemanha, França ou os países nórdicos”. E o mesmo se passa no setor dos resíduos de construção e demolição nos quais há ainda muita coisa a ser feita como a “incorporação de matérias primas secundárias de outras indústrias”, atenta. “Existem planos de ação, mas há que criar os mecanismos e as respetivas políticas públicas para que os objetivos sejam finalmente alcançados”, precisa.

Olhando para o contexto atual, o responsável não tem dúvidas de que a “grande oportunidade que deverá, de uma vez por todas, ser concretizada e assumida” para que exista uma mudança de paradigma é a “dinamização” de um verdadeiro mercado de matérias-primas secundárias: “Este tem de ir além dos resíduos urbanos, uma vez que existe um potencial enorme não explorado no que diz respeito aos resíduos industriais e de construção e demolição”. Para tal, “há que definir mecanismos efetivos de incentivo à circularidade de materiais em substituição de matérias-primas virgens, evitando, assim, a exploração de recursos naturais e minimizando a deposição em aterro”, declara. Apesar do mecanismo da Taxa de Gestão de Resíduos ser importante, Luís Veiga Martins considera que não deve ser o único.

Quanto ao papel dos líderes políticos, o responsável constata que devem passar para a prática algo que já existe em todo o país e também na Europa: “vontade política”. E as políticas públicas deverão dar essa resposta através da “definição de mecanismos de incentivo” que “fomentem e levem à obrigatoriedade de substituição de matérias-primas virgens por resíduos valorizáveis”, acrescenta. Para Luís Veiga Martins, penalizar não pode ser a “única solução” para uma transição para uma economia mais circular: “Há ainda muito que tem de ser feito em relação aos resíduos não urbanos. Porque não desburocratizar, agilizar e simplificar processos sem perder de vista o rigor necessário, tal como acontece em muitos outros países do espaço europeu?”, questiona.

Quais as perspetivas para o futuro sobre estas matérias?

O futuro assenta no que nos permitirá impulsionar a utilização eficiente dos recursos, através da transição para uma economia limpa e circular e restaurar a biodiversidade enquanto reduzimos a poluição. Refiro-me, pois, ao Pacto Ecológico Europeu. Trata-se de um plano extremamente ambicioso, mas para o objetivo de redução significativa de emissões até 2030, necessitamos de ambição, determinação e espírito colaborativo entre os diversos agentes públicos e privados.